

## DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA REGULAR

**Joás Arruda da Silva<sup>1</sup>**

**UNINTER**

[joas.arrudadasilva@gmail.com](mailto:joas.arrudadasilva@gmail.com)

**Marcia Batista de Almeida<sup>2</sup>**

**UVA/UNAVIDA**

[marcinha.btista@hotmail.com](mailto:marcinha.btista@hotmail.com)

### RESUMO

Este trabalho procura discutir a inclusão do aluno surdo no ensino regular. A pesquisa ocorreu em uma escola da Rede Municipal de Campina Grande/PB. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, tipo estudo de caso, para a qual recorremos a pesquisa bibliográfica e o estudo de campo, realizado durante um estágio supervisionado de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNINTER. A pesquisa teve como objetivo geral: discutir os entraves encontrados na escola para garantir a inclusão do aluno surdo no Ensino Regular e destacando o uso da LIBRAS e das novas metodologias de ensino para inclusão do aluno surdo. Propomos uma reflexão acerca das dificuldades e possibilidades da escola, em garantir uma educação inclusiva para os alunos surdos.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Surdez. Ensino Regular.

### 1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva destaca-se hoje por sua política de igualdade de direitos e respeito às diferenças, visando um melhor atendimento aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais em classes regulares de ensino.

Neste trabalho serão discutidas preferencialmente as questões que envolvem a inclusão educacional do aluno com deficiência auditiva, em seus aspectos históricos e atuais com o intuito de facilitar a compreensão das políticas que norteiam a educação inclusiva. Dessa forma, tomamos como objetivo geral discutir os entraves encontrados na escola para

---

<sup>1</sup> Licenciado em Matemática (UFPB); Licenciatura em Pedagogia (UNINTER); Professor do Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Campina Grande/PB.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação (Universidade Lusófona); Licenciada e graduada em Psicologia Educacional e Organizacional (UEPB); Especialista em Psicopedagogia (UEPB); Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas (Faculdade Nossa senhora de Lourdes) e Gestão Escolar. Professora do Curso de Pedagogia da UVA/UNAVIDA Psicóloga da PMCG/PB.

garantir a inclusão do aluno surdo no Ensino Regular e destacando o uso da LIBRAS e das novas metodologias de ensino para inclusão do aluno surdo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, do tipo estudo de caso, na qual recorreremos a observação direta, realizada durante um estágio supervisionado de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNINTER.

A importância de discutir este tema justifica-se pelo fato de inclusão educacional, nas escolas públicas, ser uma realidade que diverge dos parâmetros que a orientam. Isto acontece tanto pela falta de estrutura das escolas públicas quanto pelo despreparo de alguns profissionais que, muitas vezes, não têm condições de pagar por uma formação continuada. Aproveitamos a oportunidade proporcionada pelo estágio supervisionado para entrar em contato com a realidade da inclusão do aluno com surdez ou deficiência auditiva no Ensino Regular, questionando sobre quais seriam os principais entraves para inclusão destes alunos e o que a escola, lócus da pesquisa estava fazendo para possibilitar a inclusão desses alunos. Acreditamos que essa discussão possa contribuir para levantar discussões sobre as práticas inclusivas relacionadas aos alunos surdos ou com deficiência auditiva na escola regular, com garantia de aprendizagem.

Para discorrermos sobre Educação Inclusiva e destacarmos a inclusão dos surdos no sistema regular de ensino é preciso antes perceber a diferença entre os termos Inclusão, Exclusão; Segregação e Integração.

O termo Inclusão vem do Latim (*includere*), em seu sentido etnológico significa, conter em, compreender, fazer parte de, ou participar de. Quando falamos em inclusão escolar nos referimos ao educando que está inserido na escola, dela participa ativamente, tendo suas necessidades educacionais especiais respeitadas pelo sistema educacional. A Inclusão em sentido amplo significa um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão, provocadas pelas diferenças de classes sociais, idade, sexo, sexuais, educação, deficiências, preconceitos, racial etc. A inclusão Social tem como objetivo oferecer oportunidades de acesso à tudo para todos. Assim:

Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento a diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (BRASIL, Ministério da Educação, 2001).

Já o termo exclusão é por natureza contrário a todos os sinônimos de inclusão. Ele é a ação ou ato, de separar, de afastar ou de omitir. A exclusão pode ocorrer em várias instâncias da sociedade e pode ser pensada como algo que significa segregação no sentido de afastamento. Pode ser compreendida como dificuldades ou problemas sociais que levam ao isolamento e até à discriminação de um determinado grupo. O sociólogo francês Robert Cartel (1998), definiu a exclusão social como o ponto máximo atingível no decurso da marginalização, sendo este, um processo no qual o indivíduo se vai progressivamente afastando da sociedade através de rupturas consecutivas com a mesma. São vários os sinônimos de exclusão: exceção, segregação, limitação, omissão, afastamento.

Dessa forma, a relação entre estes termos é exatamente de contrariedade, pois no momento em que determinada sociedade ou grupo se sente excluído é por que de alguma forma não pode ser inserido em um grupo ou classe social, sendo que essas pessoas excluídas são de algumas formas separadas das demais, afastadas de alguma atividade ou função. Dessa forma, são vários os fatores que podem levar a situação de exclusão, fatores/estados como a pobreza, o desemprego ou emprego precário, as minorias étnicas e ou culturais, as deficiências físicos ou mentais, entre outros.

A exclusão nem sempre é percebida pois nem sempre é a separação física, as vezes as pessoas estão em um mesmo ambiente físico e separadas por outras condições, exemplo: quando um aluno com problema auditivo está em uma sala de aula onde o professor, por falta de preparo não consegue transmitir a aula a esse aluno considerando suas necessidades individuais. Neste sentido, podemos dizer que acontece a integração, onde o indivíduo com deficiência é inserido em sala de aula, sem criar condições que atendam suas limitações. Diferentemente da exclusão, a inclusão seja ela social ou escolar procura respeitar e valorizar as diferenças.

Na Inclusão há uma Inserção total e incondicional, a sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de todos. Na integração: inserção parcial e condicional, pessoas com deficiência precisam se adaptar às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes.

De modo geral a inclusão é um processo que se coloca em desacordo com todos os movimentos sociais de separação e segregação. O processo de inclusão defende a ideia de que as diversidades devem ser acolhidas e as diferenças valorizadas. Podemos dizer que vivemos hoje uma tentativa de inclusão, pois esse processo não é fácil de ser efetivado. A sociedade sempre foi preconceituosa e excludente e qualquer tentativa de modificar o pensamento e a cultura de um povo nunca foi uma tarefa fácil de ser implantada.

A legislação brasileira, com suas leis e estatutos vem promovendo e incentivando o respeito as diferenças e o apreço tolerância. Tornar os espaços inclusivos é muito mais do que permitir o acesso e permanência, ou promover a acessibilidade física, é antes de tudo acolher as pessoas e fazer com que se sintam pertencentes a determinados grupos ou espaços sociais. É desenvolver no indivíduo o sentimento de pertencimento, a confiança de que será tratado de forma igualitária é faze-lo crer que somos iguais em todos os aspectos físicos e intelectuais.

A própria Constituição Federal de 1988 em seu Art. 5º nos asseguras que “todos somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza “. Então não há mais espaço para o preconceito, e a discriminação. E a escola que queremos hoje é uma escola que valorize as diferenças e seja tolerante com toda e qualquer pessoa, tenha ela deficiência auditiva ou qualquer outra necessidade especial. Neste caso, a responsabilidade é colocada sobre as pessoas com deficiência no sentido de se preparem para serem integradas à sociedade, às escolas regulares, empresas, etc. Assim a sociedade é chamada a deixar de lado o preconceito e aceitar as pessoas com deficiência que realmente estejam preparadas a aceitar essa integração.

Educação inclusiva compreende a educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Favorece a diversidade na medida em que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. Nessa perspectiva as diferenças já não são vistas como um problema e sim como possibilidade de inclusão.

O princípio da educação inclusiva é tornar o ensino acessível a todos independentemente das necessidades individuais de cada um. É uma questão de valorizar as diferenças ao invés de excluir os alunos por estes serem considerados especiais.

Partindo do pressuposto de que a educação deve ser um processo inclusivo e abrangente, nem uma criança com necessidades educacionais especiais, diversidades comportamentais ou dificuldades de aprendizagem podem deixar de ser matriculada e assistida na rede regular de ensino. A escola precisa cumprir seu papel com estratégias que permitam a integração dos alunos de forma mais autônoma e promovendo a emancipação dos mesmos. Obrigação está que não pode ser relegada somente a escola. A inclusão é um processo que só é possível graças a participação dos poderes públicos, instituições sociais, família e da escola. A Lei 13.146/15 conhecida como Lei Brasileira de Inclusão LBI, em seu capítulo IV art. 27 institui:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Parágrafo único do art. 27 da lei acima citada deixa claro de quem é a responsabilidade de educar: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

A educação inclusiva é fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9.934/96 que defende a obrigatoriedade de garantir o direito educação das pessoas com deficiências estudarem preferencialmente na rede regular de ensino. A mesma lei ainda garante que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializados, na rede regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Nesse sentido, o Art. 58 da Lei 9.394/96: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Nos “§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”. “§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”. “§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (BRASIL, 1996).

A Educação inclusiva compreende a educação especial dentro da escola regular que transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum período de suas vidas escolar.

Ao olharmos para o surgimento da educação inclusiva e o caminho que tem seguido nos dias atuais, nota-se uma evidente preocupação em igualar as oportunidades ao acesso ao ensino escolar, em proporcionar continuidade dos portadores de necessidades especiais na escola regular.

A história da Educação do aluno surdo é marcada por diversas tentativas e métodos de comunicação. Algumas pessoas se dedicaram a ensinar os surdos e, principalmente, a se comunicarem com eles por meio dos sinais. Dentre os principais nomes, destaca-se o abade L’Epée, francês que criou a primeira escola para surdos na cidade de Paris, no ano de 1760,



sendo referência na formação de professores surdos e servindo como incentivo à fundação de muitas outras escolas em diversos países.

Outra personalidade vinculada à educação dos surdos é Hernest Huet, professor surdo, também francês, que veio ao Brasil, para fundar a primeira escola para surdos a convite de D. Pedro II. Para Perlin e Strobel (2006) o fato mais marcante na história da Educação do surdo foi o Congresso de Milão ocorrido no ano de 1880, no qual, através de uma votação com maioria quase absoluta de professores ouvintes, ficou decidido que a Língua de Sinais seria abolida da Educação de Surdos, prevalecendo o uso da Língua Oral. Segundo as autoras, essa decisão teve um impacto arrasador na Educação dos surdos, que foram proibidos de utilizarem sua Língua e tiveram que abandonar sua cultura por um período de aproximadamente cem anos.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como meio legal de comunicação da comunidade surda brasileira através da Lei 10.436/2002 que foi sancionada em 24 de Abril de 2002 somente a partir desta data foi a LIBRAS reconhecida oficialmente e foi possível realizar, em âmbito nacional, discussões relacionadas à necessidade do respeito à particularidade linguística da comunidade surda e do uso desta língua nos ambientes escolares e conseqüentemente, o desenvolvimento de práticas de ensino que estejam preocupadas com a educação de alunos surdos.

A Lei 10.436/02 descreve a LIBRAS “como a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico é de origem visual-motora, possuindo uma estrutura gramatical específica e caracteriza-se por um sistema linguístico com a finalidade de transmitir opiniões e acontecimentos decorrentes das comunidades surdas que existem no Brasil. “Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Art.1º, Parágrafo único) ”.

Neste sentido, podemos perceber que a legitimação da língua de sinais carrega consigo muito mais do que um mecanismo de comunicação, mas busca principalmente, por meio de uma linguagem própria, construir a identidade da comunidade surda que tem características e comportamentos próprios. Portanto a Libras é importante ainda na formação educacional e cidadã do indivíduo com deficiência auditiva. Ferramenta facilitadora da inserção dos deficientes auditivos no meio social (SKLIAR, 1997).

Somente depois da década de 1960 a língua de sinais adquiriu status linguísticos, a partir dos estudos científicos desenvolvidos pelo linguista William Stokoe (GESSER, 2009),

que comprovou sua eficácia para a educação de surdos, confirmando que a língua de sinais tem todas as características e fundamentos de uma língua autêntica, portanto, o surdo deve aprender e se comunicar pela experiência visual.

Neste sentido, sendo a libras a língua natural utilizada pela comunidade surda, esta, portanto deve ser adquirida primeiramente e a partir desta o surdo entrará em contato com a língua da sociedade majoritária.

No Brasil a legalização da Língua brasileira de Sinais/LIBRAS ocorreu por meio da Lei 10.436/02, que em seu art 4º dispõe que o sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais / Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Nesse sentido, é imprescindível que a escola ajuste seu currículo para que possa garantir, o conhecimento e aprendizado da língua de sinais para os alunos surdos e que esta seja valorizada como língua oficial dos surdos e o português como segunda língua escrita. O que é óbvio nas escolas regulares é a valorização da oralidade e da escrita por parte dos professores que não tendo conhecimento da língua de sinais acabam por não ajudar os alunos deficientes auditivos e sim os coloca excluídos do processo de aprendizagem.

Apesar dos avanços que vem ocorrendo nas últimas décadas, no sentido de garantir a educação inclusiva, inserindo no ensino regular todos os alunos com necessidades especiais e oferecendo a este os meios para seu pleno desenvolvimento, é necessária uma reflexão, a respeito do preparo dessas escolas, para receber o aluno surdo. Pois a inclusão do aluno surdo vai além da garantia de sua matrícula no ensino regular, é que todos que compõe o quadro de profissionais da escola estejam preparados para lidar com esse público. É preciso que se faça uma reflexão acerca dos papeis da escola, dos profissionais da educação, da família e da sociedade. Só através do diálogo poderemos chegar a desenvolver uma forma de executar o que a lei se propõe a fazer e cobrar as responsabilidades de todos nesse processo.

## 2. ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Iniciamos o estágio supervisionado do curso de Pedagogia da UNINTER em outubro de 2017, em uma escola da rede municipal de Campina Grande PB. Inicialmente foram realizadas observações diretas, procurando identificar alguns entraves que dificultam o

aprendizado e a permanência dos alunos surdos na escola. No momento de realização do estágio a escola tinha em seu quadro de alunos especiais matriculados, sendo 1 surdo e 2 com deficiência auditiva. Naquele momento a escola não dispunha de professores capacitados para trabalhar com a língua de sinais, nem um professor de Libras e interprete. Os professores das turmas não sabiam Libras e trabalhavam só com a oralidade. As atividades eram as mesmas para todos os alunos.

Nesse sentido. Inicialmente nos deparamos com essa falta de preparo dos profissionais da escola para atender adequadamente os alunos com deficiência auditiva. Fato que nos levou a refletir sobre a necessidade de que os professores precisão, já em seus cursos de graduação, aprender a Linguagem de Sinais e a reconhecer a identidade dos surdos e deficientes auditivos, pois a capacidade de se comunica com esses alunos é o ponto de partida para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Segundo Fernandes (2006 p. 8):

A maioria dos professores, na quase totalidade das escolas emprega como metodologia a exposição oral e utiliza como recurso material o quadro de giz, desconsiderando as dificuldades e o pouco conhecimento dos surdos em relação a essa forma de comunicação. Muitas vezes o professor propõe ordens o ou a resolução de problema que noção são compreendidos pelos alunos surdos, que ignora ou não atinge os objetivos propostos pela tarefa.

Daí a importância fundamental da capacitação dos professores e de todos os profissionais que vão lidar com esses alunos na escola. Para que ocorra o aprendizado de fato desses alunos o professor deve fazer uso de diferentes técnicas, métodos e recursos, bem como processos de formação que o capacite para entender que a libras deve ser considerada como a língua primeira e o português com uma segunda língua que poderão ter acesso, se bem orientados.

Na escola, lócus da pesquisa, também podemos observar que os professores não utilizam novas tecnologias como: TV, computador, retroprojeto, slides, alfabeto datilológico ou manual e outros meios como ilustrações, desenhos e fotografias. Instrumentos esses que poderiam facilitar o aprendizado. Todas essas fermentas, e outras formas de lidar com alunos surdos e deficientes auditivos, em sala de aula convencional, poderiam ser desenvolvidos, caso os professores passassem por capacitação, e lhes fosse orientado, desde os primeiros anos de sua formação, o que não ocorrem nas universidades.

Essa reflexão nós alerta para o fato de que as maiores dificuldades de inclusão no mundo da leitura e da escrita pelo surdo tem origem metodológica, posto que as práticas escolares, voltadas as crianças que



ouvem e falam, priorizam a relação entre oralidade e escrita nesse processo. Assim pelo fato e não apresentarem os resultados esperados em se alfabetizar com as mesmas metodologias e no mesmo tempo que as crianças ouvintes (já que esse processo se baseia na oralidade), os surdos acabam sendo marginalizados pelas particularidades evidenciadas na escrita e pela impossibilidade de atribuírem sentido aos textos que leem, na lógica solicitada na escola. (FERNANDES,2006).

Outro ponto importante na educação dos deficientes auditivos e surdos é que a escola, no momento da matrícula, deve solicitar dos pais um laudo médico onde conste o tipo ou grau de perda auditivas existe vários tipos de surdez. Dessa forma é importante que se conheça as características dos mesmos para se refletir e adequar as metodologias utilizadas na escola com as características de cada aluno. Segundo a classificação de deficiência auditiva (DA), preconizadas por Couto (1985) os gurus ou níveis de surdez são:

- DA leve (com perda de 20 a 40 Db): São pessoas consideradas desatentas e distraídas, por não perceberem todos os sons da palavra principalmente a voz fraca e distante, olham sempre para o rosto de quem está falando. Costumam pedir para repetir as informações.
- DA média ou moderada (com perda de 40 a 70 Db) para as pessoas compreenderem a fala é necessária uma voz forte principalmente em ambiente ruidosos, apresentam atrasos de linguagem e alterações articulatórias e dificuldades na compreensão de palavras mais complexas
- DA severa (com perda de 70 a 90 Db): As pessoas só percebem voz muito alta e alguns ruídos do ambiente familiar, decorrente disso a comunicação verbal depende do apoio visual e da observação do contexto em que se desenvolve a comunicação, a linguagem só é adquirida no seu próprio ambiente e com orientação.
- DA profunda (perda auditiva superior a 90Db): O fato de não possuírem informações auditiva impede as pessoas de identificarem a voz humana, não adquirem linguagem naturalmente no ambiente familiar e não adquirem a fala para se comunicar devido à ausência de modelo.

Portanto, é imprescindível que os professores conheçam os vários níveis de perda auditiva para assim poderem melhor trabalharem com esses alunos e aproveitar ao máximo o seu potencial de aprendizagem, desenvolvendo novas formas de aprendizagem e metodologias específicas. Entretanto, os professores ainda não estão capacitados para lidar com os alunos deficientes auditivos e surdos e suas dificuldades de aprendizagem na sala regular. É preciso não apenas conhecer os diferentes graus de perdas auditivas do indivíduo, mas também o contexto histórico, social ou educacional ao qual está inserido, considerando sua forma única e singular de ver e ouvir o mundo, assim como seu relacionamento com a sociedade a qual pertence. Segundo o decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu artigo 2º:

[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Segundo Almeida (2000, p.19), a deficiência auditiva é dividida em três grupos: condutiva, mista e neurossensorial, classificando-a de acordo com o grau de desvio em: Normal (0-25 dB); Leve (26-40 dB); Moderado (41-70 dB), Severo (71-90 dB); Profundo (acima de 91 dB), Anacusia. Conhecimentos básicos necessários aos professores que atendem ao aluno com surdez ou deficiência auditiva.

A falta de planejamento das aulas, também, representa um entrave no processo de aprendizado dos alunos com deficiência auditiva ou surdos, embora o aluno esteja frequentando as aulas regulares junto com os demais alunos, as atividades não são específicas para cada necessidade especial do aluno o que tornaria o aprendizado muito mais fácil. As maiores dificuldades relatadas pelos professores foi a falta de tempo para preparar as aulas com atividades diferenciadas para os surdos e alunos com deficiência auditiva, a falta de capacitação no estudo de Libras e, também, a quantidade de alunos nas turmas o que torna quase impossível a atenção à esses alunos. E como não estão capacitados para falar em Libras a comunicação atrapalha a relação destes com os demais alunos e afeta a realização das tarefas e estudo dos conteúdos.

Os professores concordam que deveriam trabalhar mais com metodologias que facilitem a aprendizagem dos alunos surdos e deficientes auditivos como desenhos, imagens, fotos, vídeo aulas e novas tecnologias assistivas, porém não conseguem, pois, as turmas estão sempre cheias e com a grande quantidade de alunos não podem dispensar um tempo e atenção maior para os especiais como deveriam.

O que se percebe diante de tantos entraves encontrados na educação dos surdos em escolas regulares é que a utilização da Libras como primeira opção de língua para os alunos surdos e alguns deficientes auditivos, que apresentam uma perda auditiva que compromete a comunicação, sendo então um grande desafio a inclusão desses alunos. O ensino de libras, de acordo com os professores da escola lócus da pesquisa deveria ser trabalhado desde os primeiros anos da criança na escola, isso após a identificação e construção da identidade surda. Pois se as crianças comesçassem desde cedo a praticar o uso da Libras chegariam com mais facilidade as etapas, mas avançadas dos estudos.

Quando indagamos as professoras sobre como a escola vem conseguindo incluir os alunos com deficiência auditiva na sala de aula regular e como é o desenvolvimento cognitivo desses alunos, as professoras responderam que os enfrentam muitas dificuldades no processo de alfabetização desses alunos e que a dificuldade auditiva e a surdez dificultavam o aprendizado e a comunicação com esses alunos.

O diálogo com as professoras e equipe técnica da escola nos levou a concluir que os alunos com deficiência auditiva e surdez atendidos pela escola não tinham nenhum tipo de acompanhamento com fonoaudiólogo ou de um professor bilíngue, recebendo apenas o Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recurso, por uma professora, pedagoga e que não possuía domínio da língua de sinais.

Percebe-se que a educação do aluno surdo ou com deficiência auditiva, exige transformações da realidade educacional, tais como: o reconhecimento da surdez pela diferença linguística e cultural; o favorecimento da apropriação da Língua de Sinais junto ao aluno surdo; a busca de alternativas didático-metodológicas visuais para os conteúdos curriculares; e a conscientização e participação efetiva de todos os agentes educacionais.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando os teóricos estudados e as observações feitas na escola percebemos que apesar da escola ser considerada uma escola inclusiva por ter em seu quadro de alunos matriculados, alunos com várias necessidades educacionais especiais, ela ainda vive ao que se pode observar uma tentativa de inclusão. Pois, matricula os alunos, porém, não oferece uma educação inclusiva de qualidade que proporcione um ensino eficiente por falta de profissionais capacitados para lidar com os alunos com deficiência auditiva ou surdos.

Em relação às aulas, não há professor intérprete de Libras ou tradutor que atenda às necessidades dos alunos. Pelo que foi observado não há capacitação dos profissionais e professores para o uso da LIBRAS. As aulas são ministradas apenas com a interpretação da oralidade. Falta o reconhecimento das identidades surdas. Mesmo tendo a sala de AEE, os profissionais especializados não são capacitados em libras. Sendo assim, esses alunos participam das aulas regulares e em outros momentos vão para a sala do AEE, mas o que se percebe é que eles têm muita dificuldade de aprender com as aulas tradicionais.

Ficou claro a necessidade da escola buscar, junto a Secretaria de Educação, contratar professor ou intérprete de libras e conseguir capacitação para os demais professores.

Este estudo não se esgota aqui, sendo uma temática que tem muitos de discussão ainda a serem realizados em prol de um sistema educacional inclusivo para alunos com deficiência auditiva e que a escola e seus componentes devem promover ações de aceitação e respeito às diferenças que existem em todos nós.

## REFERÊNCIAS

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da Língua de Sinais Brasileira**. 2 ed. São Paulo, Edusp. p. 1479 – 1487. Vol. 1. 2008.

CARVALHO, RositaEdler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2005.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

Fernandes, Sueli. **Dissertação de Doutorado**, “Educação para surdos: identidade, diferenças, contradições e mistérios”, 1998.

Fernandes, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial**. 4. ed. São Paulo Editora: Ibpx, 2006.

MARCHESI, Álvaro. Comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas. In: COLL, César, PALACIOS, Jesús, MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, v.3, p.198-214.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão Contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 8 eds. Rio de Janeiro: Record, 1997.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos. Texto base do Curso de Licenciatura em Letras-Libras da UFSC**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998

SHEPPARD, Michael. **Social work and social exclusion: the idea of practice**. Aldershot: Ashgate, 2006.

SKLIAR, Carlos. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos**. In: SKLIAR, Carlos. (org.). Educação e exclusão: abordagens sócioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997, p.